

FUNDAÇÃO DE PESQUISAS FLORESTAIS DO PARANÁ - FUPEF

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2024



Executive
Auditores Independentes



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ilmos. Srs.

Membros da Diretoria, Conselho Fiscal e Associados

Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná

Curitiba - PR

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da **Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná**, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro (ITG 2002 e NBC TG 1.000).

Base para opinião com Ressalva

1. Imobilizado

A falta de controle Patrimonial e Inventário Físico dos Bens Patrimoniais não asseguram de forma consistente o valor contábil apresentado no Balanço Patrimonial, não sendo possível mensurar os possíveis efeitos no resultado da empresa. As depreciações acumuladas foram calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas estabelecidas pela legislação fiscal.

2. Depreciações: As depreciações acumuladas foram calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas estabelecidas pela legislação fiscal.

De acordo com a Resolução CFE nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros -, os critérios e procedimentos do registro contábil de depreciação, amortização e exaustão do ativo imobilizado, **deve ser observada a obrigatoriedade do reconhecimento com base em estimativa de sua vida útil.**

3. Valor Recuperável dos Ativos: Inexistência do teste de recuperabilidade, prevista na NBC TG 1000. A norma estabelece que em cada data de divulgação a entidade deve aplicar a Seção 27 **Redução ao Valor Recuperável de Ativos** para determinar se um item ou um grupo de itens do ativo imobilizado está desvalorizado.



4. Projeto BR 135 – Valores retidos cautelarmente: Ajuste de exercício indevido no valor de R\$ 3.355.156,32, referente recursos vinculados ao projeto com prestação de contas obrigatória e ainda não disponibilizados para uso pela Fundação, esse montante não atende aos critérios de reconhecimento como ativo, conforme estabelecem a NBC TG 00 – Estrutura Conceitual e a NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

5. Empréstimos entre Fundação e Convênios/ Projetos: Conforme evidenciado nas Notas Explicativas nº 8 e nº 19, em 31/12/2025 o saldo de empréstimos a receber pela Administração da Fupef junto aos Convênios/Projetos totaliza R\$ 943.212,48, enquanto o saldo de empréstimos a pagar de Convênios/Projetos à Administração da Fupef apresenta o montante de R\$ 1.854.142,09.

Entretanto, fomos informados de que não há relatórios ou controles analíticos dos empréstimos realizados no exercício de 2024, o que impossibilitou a validação da movimentação ocorrida no período e, conseqüentemente, a verificação da adequação dos saldos apresentados nas demonstrações contábeis.

Em razão da ausência desses controles e documentos de suporte, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente quanto à exatidão e integridade dos referidos saldos.

6. Banco Santander – Empréstimos Capital de Giro: Verificamos divergência entre os valores registrados na contabilidade e aqueles constantes na planilha de controle do contrato de empréstimo de capital de giro junto ao Banco Santander. Conforme demonstrado na planilha de conciliação referente a 31/12/2025, o saldo do empréstimo deveria estar registrado no montante total de R\$ 555.159,25, sendo R\$ 245.613,57 no passivo circulante e R\$ 309.545,68 no passivo não circulante.

Entretanto, na contabilidade encontra-se registrado apenas o valor de R\$ 460.113,59 no curto prazo, não havendo registro no longo prazo. Tal situação evidencia divergência entre os valores apresentados na contabilidade e aqueles constantes no controle do contrato, bem como ausência da adequada classificação entre passivo circulante e passivo não circulante, podendo ainda indicar possível não apropriação integral dos encargos financeiros do referido empréstimo.

Em razão dessas inconsistências e da ausência de conciliação adequada entre os registros contábeis e o controle do contrato, não foi possível assegurar a correta mensuração e classificação desse passivo nas demonstrações contábeis.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Ênfase

Como descrito na nota explicativa “1”, os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela **Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná**, são providos em parte com convênios firmados com a UFPR e parte pela receita oriunda de serviços às empresas privadas, atrelado aos Contratos de Termo de Convênios e Contratos de Prestação de Serviços Técnicos especializados, firmados com prazo pré-determinados com possibilidade de aditivos de prazos. Conseqüentemente a **Fundação**, depende do recebimento de repasses dos Termos de Convênios estabelecidos com a UFPR e de aditivos de valores e prazos firmados com a UFPR/DNIT para a manutenção de suas atividades e seu equilíbrio econômico-financeiro como também pelo faturamento dos serviços prestados para as empresas privadas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa



opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 11 de março de 2026.

Executive Auditores Independentes
CRC-PR-005657/O-1

Nelson Bazzaneze
Contador CRC-PR-045350/O-1
CNAI Nº 2742
Nº 2742

Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná

Balço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais)

Ativo		2024	2023
Circulante	Nota	19.303.515,41	12.579.765,80
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.663.426,66	3.766.865,32
Contas a receber sem restrição	5	83.667,43	72.365,93
Contas a receber de projetos	6	7.090.380,46	7.059.447,06
Contas a receber com restrição	7	773.904,32	68.963,61
Empréstimos a receber Projetos /Convênios	8	1.691.546,70	1.611.897,04
Adiantamentos diversos	9	589,84	226,84
Não Circulante		461.462,88	503.037,60
Imobilizado	10	461.462,88	503.037,60
Compensações Ativas		3.248.357,94	3.064.807,43
Bens Adquiridos com Recursos Fundos/convênios	11	3.248.357,94	3.064.807,43
Total do Ativo		23.013.336,23	16.147.610,83

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná

Balço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais)

Passivo		<u>2024</u>	<u>2023</u>
Circulante	Nota	19.230.276,67	12.074.719,90
Fornecedores	12	141.240,94	55.078,32
Outros valores a pagar	13	195.416,90	195.416,90
Empréstimos bancários	14	603.682,59	694.100,00
Recursos de projetos a executar	15	12.075.981,63	5.303.005,35
Obrigações trabalhistas e sociais	16	219.670,76	199.317,36
Obrigações tributárias	17	1.006.014,38	821.546,92
Parcelamentos previdenciários	18	150.927,29	92.129,59
Empréstimos dos cursos para ADM	19	2.602.476,31	1.743.226,26
Provisão para contingência passiva	20	2.234.865,87	2.970.899,20
Não Circulante		460.378,24	331.645,08
Provisão para contingência	20	77.938,53	77.938,53
Parcelamentos previdenciários	18	382.439,71	253.706,55
Patrimônio líquido		74.323,38	676.438,42
Patrimônio social	21	676.438,42	454.912,34
Superávit (déficit) acumulado	21	(602.115,04)	221.526,08
Compensações passivas	22	3.248.357,94	3.064.807,43
Bens Adquiridos com Recursos Fundos/convênios	22	3.248.357,94	3.064.807,43
Total do Passivo		23.013.336,23	16.147.610,83

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná

Demonstração do resultado do período

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais)

	2024	2023
Receita operacional		
Receitas sem restrição		
DOA dos cursos da UFPR	1.738.064,25	1.200.179,84
Contribuição associados	3.300,47	4.524,84
Venda de livros	-	3.800,60
Outras receitas	163.143,66	1.763,54
	1.904.508,38	1.210.268,82
Deduções da receita bruta	(172.222,83)	(201.889,16)
(-) Impostos incidentes sobre as receitas	(172.222,83)	(201.889,16)
	1.732.285,55	1.008.379,66
Receitas com restrições		
Recursos de origem pública	17.653.308,25	6.630.664,08
Recursos de origem privada	1.031.446,98	2.660.251,93
	18.684.755,23	9.290.916,01
Variação negativa aplicação de recursos	(6.278.289,70)	1.275.197,76
	12.406.465,53	10.566.113,77
Despesas operacionais		
Despesas com pessoal	(1.185.344,60)	(800.393,41)
Serviços de terceiros	(538.352,24)	(445.822,10)
Despesas tributárias	(6.902,36)	(19.667,28)
Despesas administrativas e gerais	(210.716,91)	(188.952,55)
Depreciação e amortização	(42.723,72)	(45.076,88)
	(1.984.039,83)	(1.499.912,22)
Despesas com restrição		
Aplicação de recursos vinculados a projetos	(12.406.465,53)	-
	(12.406.465,53)	(10.566.113,77)
Resultado financeiro		
Despesas financeiras	23 (153.168,39)	(210.389,27)
Receitas financeiras	23 3.866,19	3.382,22
	(149.302,20)	(207.007,05)
Superávit (déficit) do exercício	(401.056,48)	(698.539,61)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais)

Especificações	Patrimônio Social	Superávit Déficit Acumulado	Total Geral
Saldo em 01 de janeiro de 2023	520.903,95	(65.991,61)	454.912,34
Incorporação de déficit e ajustes de 2022	(65.991,61)	65.991,61	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	920.065,69	920.065,69
Déficit do exercício	-	(698.539,61)	(698.539,61)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	454.912,34	221.526,08	676.438,42
Incorporação de déficit e ajustes de 2023	221.526,08	(221.526,08)	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	(201.058,56)	(201.058,56)
Superávit do exercício	-	(401.056,48)	(401.056,48)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	676.438,42	(602.115,04)	74.323,38

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Fundação de Pesquisas Florestias do Paraná

Demonstrações dos fluxos de caixa

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit (Déficit) do Exercício	(401.056,48)	(698.539,61)
Ajustes por:		
Depreciações e Amortizações	42.723,72	45.076,88
Provisão para contingência	(736.033,33)	2.970.899,20
Ajustes de exercícios anteriores	(201.058,56)	920.065,69
Superávit (Déficit) Ajustado	(1.295.424,65)	3.237.502,16
(Aumento) diminuição de ativos		
Valores a receber	(716.242,21)	76.653,16
Tributos a recuperar	-	12.383,75
Adiantamentos diversos	(363,00)	218.018,93
Outros valores a receber	(110.583,06)	(7.962.246,83)
	(827.188,27)	(7.655.190,99)
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	86.162,62	54.558,22
Obrigações trabalhistas e encargos	20.353,40	(662.669,36)
Obrigações fiscais	184.467,46	(258.778,88)
parcelamentos	187.530,86	345.836,14
Recursos de convênios/ projetos	6.772.976,44	3.729.542,94
Contas a pagar	-	195.416,90
	7.251.490,78	3.403.905,96
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	5.128.877,86	(1.013.782,87)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		
Compras imobilizado	(1.149,00)	-
Caixa líquido usado nas atividades de Investimento	(1.149,00)	-
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos		
Empréstimos bancários	(90.417,41)	550.154,89
Empréstimos partes relacionadas	859.250,05	300.797,30
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	768.832,64	850.952,19
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	5.896.561,50	(162.830,68)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	3.766.865,32	3.929.696,00
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	9.663.426,82	3.766.865,32
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	5.896.561,50	(162.830,68)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais)

1 Contexto operacional

A Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná – Fupef do Paraná, foi fundada em 27 de setembro de 1971, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, declarada a utilidade pública pela Lei Estadual nº 6.443/73, regida pelo seu estatuto social e demais legislação aplicáveis.

A Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná – Fupef do Paraná – é uma fundação de apoio à Universidade Federal do Paraná, cuja relação é regida pela Lei nº 8.958 de 20 de dezembro de 1994.

A entidade tem por finalidade:

- a) Desenvolver e aprimorar a ciência florestal e áreas correlatas, como: ambiental, biodiversidade, agrárias e da terra, através de pesquisas científica, desenvolvimento tecnológico e inovação;
- b) Promover o desenvolvimento sustentável no âmbito logístico e de infraestrutura, mediante planos, projetos e ações que envolvam as ciências básicas e/ou aplicadas, tais como as energias alternativas, mobilidade urbana, bem como outras medias atinentes às engenharias civil e ambiental e demais áreas correlatas, por meio de pesquisas científicas, desenvolvimento tecnológico e inovação;
- c) Apoiar projetos de ensino, pesquisas, extensão e desenvolvimento institucional, científico e tecnológico;
- d) Gerir recursos dos Fundos Patrimoniais oriundos de doações de pessoas físicas ou privadas, destinados para programas, projetos e demais finalidades de interesse público e/ou executar com recursos dos Fundos Patrimoniais para programas, projetos e demais finalidades de interesse público, especialmente vinculado à ciência, à tecnologia e à inovação na área ambiental e demais áreas correlatas. (De acordo com o estatuto de 2019).

Dentre seus objetivos estatutários, destacam-se:

- Artigo 4º, parágrafo I : Poderá executar ou subsidiar pesquisas e emitir laudos no setor florestal, ambiental, biodiversidade, ciências agrárias e da terra;
- Artigo 4º, parágrafo IX: Poderá promover ou subsidiar simpósios, cursos, conferências, congressos ou reuniões do setor florestal, ambiental, biodiversidade, ciências agrárias e da terra;
- Artigo 4º, parágrafo XII: Poderá colaborar com pessoas jurídicas, instituições e órgãos públicos e privados, em programas administrativos, científicos e tecnológicos nas diversas áreas do conhecimento;

Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais)

- Artigo 4º, parágrafo XV: Poderá apoiar e desenvolver ações e serviços para a defesa e elevação do ser humano, do desenvolvimento institucional e aprimoramento da ciência nas áreas de pesquisa científica, cultura, educação, ciências e estudos tecnológicos;
- Artigo 4º, parágrafo XVI: Poderá operar como agente de integração e desenvolvimento de setores e regiões, visando à promoção do desenvolvimento social, cultural e econômico sustentável;
- Artigo 6º, parágrafo único: A Fupef do Paraná para a consecução de suas finalidades, poderá celebrar convênios, ajustes, contratos ou outros instrumentos jurídicos com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras.

2 Base de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas pela administração da Fundação, sendo de sua responsabilidade, e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), estando em conformidade com as Normas internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Como se trata de uma entidade sem finalidade de lucros, as demonstrações financeiras foram preparadas, principalmente, de acordo com a ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução nº 1.409 de 21 de setembro de 2012, pelo Comunicado Técnico CTG 2000, aprovado pela Resolução nº 1.159 de 13 de fevereiro de 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela NBC 1000 (R1) Contabilidade para pequenas e médias empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucros.

2.1 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado reconhecido no balanço patrimonial.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Fundação e sua moeda de apresentação.

Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais)

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Entidade, restringem-se a caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e contas a pagar, em condições normais de mercado. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, a rentabilidade e a minimização de riscos. A Entidade não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos.

3.2 Apuração do resultado – receitas e despesas

As receitas e despesas são escrituradas pelo regime de competência.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.4 Adiantamentos

Nesta conta estão registrados os adiantamentos a empregados e despesas de viagens e diárias.

3.5 Empréstimos a convênios/ fundos

Nesse grupo são contabilizados os valores de empréstimos concedidos para os fundos/ convênios, para pagamentos de eventuais despesas no curso normal das atividades.

3.6 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável acumulado.

Os bens adquiridos com recursos dos Convênios e/ou Fundos, não são de propriedade da FUPEF, portanto, não integram o grupo do Ativo Imobilizado, e acham-se controlados no grupo Compensações.

Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais)

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Móveis e utensílios	10
Máquinas e equipamentos	10
Computadores e periféricos	5
Edificações	25

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados anualmente, se apropriado.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

3.7 Fornecedores

São obrigações a pagar de curto prazo por bens ou serviços que foram adquiridos de terceiros no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes.

3.8 Obrigações Trabalhistas e encargos sociais

Nesta conta estão registradas os salários e honorários trabalhistas e encargos sociais e previdenciários decorrentes, e são registrados mensalmente conforme resumos elaborados pelo Departamento de Recursos Humanos.

3.9 Provisão para férias e encargos

Foram constituídas provisões para férias para cobertura prevista das obrigações relativas a férias vencidas e proporcionais com os respectivos encargos.

3.10 Demais ativos e passivos

Apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias ou cambiais. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais)

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Bancos administração	213,95	13.097,22
Bancos convênio/fundos	274.870,85	1.023,17
Aplicações financeiras – administração	50.647,00	131.918,82
Aplicações financeiras – convênios/fundos	9.337.694,86	3.620.826,11
	9.663.426,66	3.766.865,32

As aplicações financeiras são compostas basicamente por investimentos de renda fixa e depósitos em caderneta de poupança, prontamente conversível em caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As receitas geradas por estes investimentos são registradas como receitas financeiras.

5 Contas a Receber sem restrição

	2024	2023
Encargos IRRF	40.274,67	55.861,74
Encargos INSS	22.928,70	-
Encargos ISS	3.959,87	-
Empréstimos a receber - Fupef	16.504,19	16.504,19
	83.667,43	72.365,93

6 Valores a receber de projetos

	2024	2023
Projeto BR 135 – Depósitos judiciais	45.006,12	57.026,12
Projeto BR 135 – Valores retidos	3.355.156,32	3.355.156,32
Projeto BR 135 – Ações trabalhistas a receber	3.689.338,02	3.646.384,62
Projeto BR 135 – Custas a receber	880,00	880,00
	7.090.380,46	7.059.447,06

7 Contas a receber com restrição

	2024	2023
Contas a Receber projetos	773.904,32	68.963,61
	773.904,32	68.963,61

Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais)

8 Empréstimos a receber de Projetos/ Convênios

	2024	2023
Empréstimos a receber de Fundos/ Convênios	1.691.546,70	1.611.897,04
	1.691.546,70	1.611.897,04

Refere-se a empréstimos concedidos pela FUPEF-ADM aos Projetos/ convênios, para pagamentos de despesas no curso normal das atividades.

9 Adiantamentos diversos

	2024	2023
Adiantamento a fornecedores	-	226,84
Adiantamento de férias	589,84	-
	589,84	226,84

10 Imobilizado

	Custo 31/12/24	Aquisições	Baixas	Depreciação Acumulada	2024 Líquido	2023 Líquido
Terreno	254.000,00	-	-	-	254.000,00	254.000,00
Edificações	126.000,00	-	-	(126.000,00)	-	-
Benf. Imóveis terceiros	22.304,00	-	-	(11.152,08)	11.151,92	16.727,96
Equipamentos Informática	70.840,02	-	-	(70.840,02)	-	-
Máquinas equipamentos	309.998,30	1.149,00	-	(129.810,56)	181.336,74	211.187,58
Móveis utensílios	61.478,62	-	-	(46.504,40)	14.974,22	21.122,06
	844.620,94	1.149,00	-	(384.307,06)	461.462,88	503.037,60

11 Compensações Ativas

São registrados neste grupo os valores correspondentes aos bens de caráter permanente adquiridos com recursos dos Convênios e/ou Fundos.

	2024	2023
Saldo inicial	3.064.807,43	3.064.807,43
(+) Aquisições	183.550,51	-
Saldo final	3.248.357,94	3.064.807,43

Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais)

12 Fornecedores

Refere-se a obrigações classificadas no passivo circulante, por aquisição de bens ou serviços de terceiros no curso normal dos negócios:

	2024	2023
Fornecedores a pagar	141.240,94	55.078,32
	141.240,94	55.078,32

13 Outros Valores a Pagar

	2024	2023
Valores a pagar - GRUs	195.416,90	195.416,90
	195.416,90	195.416,90

14 Empréstimos Bancários

	2024	2023
Banco Santander	603.682,59	694.100,00
	603.682,59	694.100,00

15 Recursos de Projetos a Executar

	2024	2023
Projetos a executar	10.732.479,79	4.192.984,28
Contas a pagar projetos	1.193.054,55	1.470,38
Empréstimos a pagar	64.448,72	1.027.006,60
CSRF retido a recolher	-	362,33
INSS a recolher – terceiros	14.625,38	5.773,36
IRRF a recolher – terceiros PF	61.791,53	69.713,77
IRRF a recolher – terceiros PJ	-	716,88
ISS retido a recolher PF	9.581,66	4.977,75
	12.075.981,63	5.303.005,35

16 Obrigações trabalhistas e encargos sociais

	2024	2023
Salários a pagar	35.850,13	39.558,45
Rescisões a pagar	960,26	-
Pró-labore a pagar	56.392,57	43.062,84

Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais)

INSS a recolher	45.982,59	50.520,33
INSS a recolher – terceiros	-	61,60
FGTS a recolher	5.841,43	5.322,04
PIS sobre folha a recolher	929,40	973,31
INSS PF a repassar	-	2.596,65
Contribuição Sindical	-	197,38
Provisão de férias	54.281,59	42.595,27
Provisão de FGTS sobre férias	4.342,53	3.048,96
Provisão de INSS sobre férias	14.547,46	11.045,88
PIS s/ provisco de férias	542,80	334,65
	-----	-----
	219.670,76	199.317,36

As provisões para férias e dos respectivos encargos sociais são constituídas em função do período aquisitivo dos colaboradores.

17 Obrigações tributárias

	2024	2023
	-----	-----
IRRF s/ salários a recolher	43.454,34	55.035,28
IRRF retido a recolher	34,20	34,20
ISS a recolher s/ notas fiscais emitidas	958.472,29	766.355,33
PIS/Cofins/CSLL	-	28,37
ISS retido PF	4.053,55	93,74
	-----	-----
	1.006.014,38	821.546,92

18 Parcelamentos de Previdenciários

Referem-se aos parcelamentos previdenciários de débitos junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil, os quais são atualizados mensalmente com taxa de juros Selic, nos termos do artigo 13 da Lei nº 10.522 de 2002 e suas alterações, e são amortizados mensalmente.

Circulante

	2024	2023
	-----	-----
Parcelamento INSS 23-02	52.108,16	48.825,83
Parcelamento INSS 23-35	39.635,87	36.253,87
Parcelamento INSS 24-69	43.150,63	-
Parcelamento INSS 24-54	16.032,63	-
Parcelamento INSS 23-54	-	5.290,26
Parcelamento INSS 23-01	-	1.759,63
	-----	-----
	150.927,29	92.129,59

Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais)

Não Circulante

Parcelamento INSS 23-02	104.216,32	141.955,42
Parcelamento INSS 23-35	85.877,71	111.751,13
Parcelamento INSS 24-69	140.239,54	-
Parcelamento INSS 24-54	52.106,14	-
	-----	-----
	382.439,71	253.706,55

19 Empréstimos de Projetos/ Convênios p/ FUPEF-ADM

	2024	2023
	-----	-----
Empréstimos de Convênios para FUPEF - ADM	2.602.476,31	1.743.226,26
	-----	-----
	2.602.476,31	1.743.226,26

20 Provisão para contingências passivas

Conforme o relatório apresentado pelos assessores jurídicos da Funpef, para o mês de dezembro de 2023, existem contingências passivas decorrentes de processos judiciais em andamento, relativos a reclamações trabalhistas de projetos:

Circulantes

	2024	2023
	-----	-----
Ações Trabalhistas	2.201.102,12	2.917.671,81
Acordos judiciais	-	12.800,00
Acordos extrajudiciais	33.763,75	40.427,39
	-----	-----
	2.234.865,87	2.970.899,20

Não Circulantes

Provisionamento Cecane CLT	77.938,53	77.938,53
	-----	-----
	77.938,53	77.938,53

Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais)

21 Patrimônio líquido

Patrimônio social

O Patrimônio Social da entidade é constituído pela dotação inicial acrescido dos déficits e superávits acumulados desde a fundação da entidade.

	2024	2023
Patrimônio social	676.438,42	454.912,34
Ajustes de exercícios anteriores (i)	(201.058,56)	920.065,69
Superávit (déficit) do exercício	(401.056,48)	(698.539,61)
	74.323,38	676.438,42

(i) Ajustes de exercícios anteriores

No exercício de 2024, foram realizados dois ajustes contábeis totalizando o montante de R\$ 201.058,56, com o objetivo de regularizar os saldos de contas patrimoniais do passivo, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Valor
<u>Contas do Passivo</u>	
Parcelamento INSS 10/22 0211.00012.0056236756.24-69	(145.935,33)
Parcelamento INSS 12/22 02111.00012.0056848481.24-54	(55.123,23)
Total	(201.058,56)

22 Compensações passivas

Valores que compõe o saldo dos bens adquiridos com recursos de Fundos e Convênios, os quais serão doados para a Universidade Federal do Paraná no final do Convênio.

	2024	2023
Bens de terceiros	3.248.357,94	3.064.807,43
	3.248.357,94	3.064.807,43

Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais)

23 Resultado financeiro

Despesas financeiras

	2024	2023
Despesas bancárias	(1.696,93)	(2.184,21)
Juros e multas	(151.471,46)	(208.205,06)
	(153.168,39)	(210.389,27)

Receitas financeiras

Descontos obtidos	0,06	641,30
Rendimentos de aplicações financeiras	608,79	2.740,92
Outras receitas financeiras	3.257,34	-
	3.866,19	3.382,22
Resultado financeiro líquido	(149.302,20)	(207.007,05)

24 Benefício fiscal por entidades sem fins lucrativos

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

A Entidade é isenta do pagamento de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL), de acordo com o artigo 15 da Lei 9.532/97, cujos valores renunciados, nos exercícios fiscais de 2024 e 2023 caso a obrigação devida fosse, seriam:

	2024	2023
Resultado líquido do exercício	(401.056,48)	(698.539,61)
IRPJ	-	-
CSLL	-	-

b) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição social para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

A Entidade está sujeita ao recolhimento da Contribuição Social para PIS, calculada sobre a folha de salários á alíquota de 1%, conforme disposto no artigo 13 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001.

Quanto à COFINS, ainda que a entidade seja formalmente caracterizada como contribuinte, a alíquota de 7,6% (regime não cumulativo) não incide sobre as receitas decorrentes de suas atividades próprias, nos termos do art. 14 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001.

Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais)

25 Seguros (não auditado)

Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram auditadas.